



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>PROCESSO</b>	<b>10073.900982/2017-98</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3201-012.478 – 3ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	25 de julho de 2025
<b>RECURSO</b>	EMBARGOS
<b>EMBARGANTE</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>INTERESSADO</b>	PEUGEOUT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

**Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep**

Período de apuração: 01/07/2013 a 30/09/2013

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO

Dado o erro material ou lapso manifesto apontado pela embargante, torna-se necessária a correção do acórdão embargado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, para corrigir parte da ementa do acórdão embargado, de modo a refletir, com exatidão, o conteúdo e os limites da decisão proferida pelo colegiado, nos seguintes termos:

**REDAÇÃO ATUAL: CRÉDITO. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA. OPERAÇÃO DE VENDA. POSSIBILIDADE.** Geram direito a crédito os dispêndios com fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa, movimentação essa ocorrida no contexto de operações de venda, observados os demais requisitos da lei, dentre os quais tratarse de serviço tributado pela contribuição e prestado por pessoa jurídica domiciliada no País.

**NOVA REDAÇÃO: CRÉDITO. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE INSUMOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA. POSSIBILIDADE** Geram direito a crédito os dispêndios com transporte de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica, observados os requisitos da lei, dentre os quais terem sido tais serviços tributados e prestados por pessoas jurídicas domiciliadas no País. Também deverá ser excluído do voto condutor do acórdão embargado o seguinte trecho: Os dispêndios com fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa, seja na venda ou na compra, também podem gerar crédito, desde que devidamente identificados e relacionados à produção ou à atividade econômica da empresa e **nunca relacionado às áreas administrativas ou comerciais.** (g.n.).

*Assinado Digitalmente*

**Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi** – Relatora

*Assinado Digitalmente*

**Hélcio Lafeté Reis** – Presidente

Participaram do presente julgamento os conselheiros Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi, Fabiana Francisco, Flavia Sales Campos Vale, Marcelo Enk de Aguiar, Rodrigo Pinheiro Lucas Ristow, Helcio Lafeta Reis (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se da análise de embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional em face do Acórdão nº 3201-012.478, de 29 de junho de 2023, por meio do qual esta Turma assim se manifestou:

*Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.*

*Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para reverter as glosas de crédito relativas a dispêndios com fretes nas aquisições de insumos, devidamente comprovadas, e no transporte de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica, observados os requisitos da lei, dentre os quais terem sido tais serviços tributados e prestados por pessoas jurídicas domiciliadas no País, vencidos os conselheiros Ricardo Sierra Fernandes, Ricardo Rocha de Holanda Coutinho e Ana Paula Pedrosa Giglio, que negavam provimento integral ao recurso. Inicialmente, o conselheiro Ricardo Sierra Fernandes propôs a realização de diligência, sendo acompanhado pelo conselheiro Ricardo Rocha de Holanda Coutinho, proposta essa rejeitada pelos demais conselheiros.*

A decisão teve as seguintes ementas:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP Período de apuração: 01/07/2013 a 30/09/2013 REGIME NÃO-CUMULATIVO. INSUMOS. CONCEITO JURÍDICO. PRECEDENTE JUDICIAL. RECURSO REPETITIVO. APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA.*

*No regime não cumulativo das contribuições o conteúdo jurídico de insumo é mais amplo do que aquele da legislação do IPI e mais restrito do que aquele da legislação do imposto de renda. O REsp 1.221.170 / STJ, em sede de recurso repetitivo, confirmou a posição intermediária criada na jurisprudência deste Conselho e, em razão do disposto no Art. 62 do seu regimento interno, tem*

*aplicação obrigatória. O dispêndio deve ser essencial e relevante à atividade econômica da empresa.*

*CRÉDITO. FRETES PAGOS NAS AQUISIÇÕES DE INSUMO NÃO TRIBUTADO OU SUJEITO A SUSPENSÃO. POSSIBILIDADE. Geram direito a crédito os dispêndios com fretes nas aquisições de insumo não tributado ou sujeito a suspensão, mas desde que tais fretes tenham sido tributados pela contribuição e prestados por pessoa jurídica domiciliada no País que não seja a fornecedora do produto, observados os demais requisitos da lei.*

*CRÉDITO. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA. OPERAÇÃO DE VENDA. POSSIBILIDADE. Geram direito a crédito os dispêndios com fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa, movimentação essa ocorrida no contexto de operações de venda, observados os demais requisitos da lei, dentre os quais tratar-se de serviço tributado pela contribuição e prestado por pessoa jurídica domiciliada no País.*

*RESSARCIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. POSSIBILIDADE. Conforme definido no julgamento do Recurso Especial nº 1.767.945/PR, que fixou a tese STJ n.º 1003, a taxa Selic deve ser aplicada na correção monetária dos créditos de Pis e Cofins não-cumulativos, após escoado o prazo de 360 do pedido administrativo.*

Cientificada da decisão, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) interpôs embargos de declaração, sob o argumento de que há contradição entre a parte dispositiva do aresto e a ementa do julgado, conforme trecho abaixo:

*Observe-se que da leitura da ementa do julgado consta também o tema relativo ao “frete na transferência de produtos acabados”, sendo que na parte dispositiva não há qualquer menção a este assunto, sendo tratado apenas do “frete na aquisição e transferência de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica “*

O Presidente da Turma, dentro de suas funções regimentais, admitiu os Embargos, reconhecendo a competência do recorrente e a tempestividade da interposição do Recurso. Ademais, entendeu que deveriam tais embargos ser analisados, nos seguintes termos:

*Assim, verifica-se o seguinte:*

*1) com relação à alegação de que, “da leitura da ementa do julgado consta também o tema relativo a “frete na transferência de produtos acabados”, sendo que na parte dispositiva não há qualquer menção a este assunto, sendo tratado apenas do “frete na aquisição e transferência de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica”, constata-se que procede a alegação da Embargante, pois a menção a “fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da*

*empresa no contexto de operações de vendas” somente pode ser interpretada como relativa a frete na transferência de produtos acabados;*

*II) com relação à contradição entre a ementa do acórdão e a parte dispositiva, verifica-se que ela também ocorreu, uma vez que, na ementa, encontra-se o texto “fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa, movimentação essa ocorrida no contexto de operações de venda, observados os demais requisitos da lei, dentre os quais tratar-se de serviço tributado pela contribuição e prestado por pessoa jurídica domiciliada no País”, enquanto que, na parte dispositiva, tem-se o texto “para reverter as glosas de crédito relativas a dispêndios com fretes nas aquisições de insumos, devidamente comprovadas, e no transporte de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica, observados os requisitos da lei, dentre os quais terem sido tais serviços tributados e prestados por pessoas jurídicas domiciliadas no País”. Verifica-se que, no dispositivo, não consta a expressão “movimentação essa ocorrida no contexto de operações de venda”, tornando contraditória a interpretação do julgado.*

#### CONCLUSÃO

*Diante do exposto, com base nas razões acima e com fundamento no art. 116 do Anexo do novo RICARF, DOU SEGUIMENTO aos presentes Embargos, para que o colegiado aprecie o(s) vício(s) apontado(s) no acórdão embargado.*

É o relatório.

## VOTO

Conselheira **Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi**, Relatora

### I. Tempestividade e admissibilidade

Tendo em vista que as análises quanto a tempestividade e a admissibilidade já foram feitas pela Presidência da Turma, não há de se refazer tal análise.

### II. Contradição

Dispõe o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – RICARF, acerca dos Embargos de Declaração:

*Art. 65. Cabem embargos de declaração quando o acórdão contiver obscuridade, omissão ou contradição entre a decisão e os seus fundamentos, ou for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se a turma.*

*§1º Os embargos de declaração poderão ser interpostos, mediante petição fundamentada dirigida ao presidente da Turma, no prazo de 5 (cinco) dias contado da ciência do acórdão.*

A decisão embargada em sua dispositiva faz expressa menção aos créditos com fretes nas aquisições dos insumos, devidamente comprovadas, além do transporte de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica, observados os requisitos da lei, nos seguintes termos:

*Diante do exposto, vota-se para que seja DADO PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso Voluntário para: - reverter as glosas de crédito relativas a **dispêndios com fretes nas aquisições de insumos**, devidamente comprovadas, e no **transporte de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica**, observados os requisitos da lei, dentre os quais terem sido tais serviços tributados e prestados por pessoas jurídicas domiciliadas no País. (grifei)*

A ementa objeto do embargo é a seguinte:

**CRÉDITO. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA. OPERAÇÃO DE VENDA. POSSIBILIDADE.** *Geram direito a crédito os dispêndios com **fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa**, movimentação essa ocorrida no contexto de operações de venda, observados os demais requisitos da lei, dentre os quais tratar-se de serviço tributado pela contribuição e prestado por pessoa jurídica domiciliada no País.*

Verifica-se então evidente inconsistência entre a ementa e a parte dispositiva do acórdão. A decisão expressamente reconhece o **direito ao crédito de fretes relacionados a insumos, tanto nas aquisições quanto no transporte entre estabelecimentos da pessoa jurídica**, desde que observados os requisitos legais, como a tributação do serviço e a prestação por pessoa jurídica domiciliada no País. No entanto, a ementa apresenta redação divergente, ao fazer referência ao transporte de **mercadorias entre estabelecimentos da empresa**, vinculando-o ainda ao contexto de **operações de venda**, o que, embora tenha sido citado no decorrer do voto, não foi objeto de deliberação pelo Colegiado.

### III. Conclusão

Diante do exposto, voto pelo acolhimento das alegações da embargante, a fim de que a ementa seja devidamente corrigida para refletir, com exatidão, o conteúdo e os limites da decisão proferida pelo colegiado, nos seguintes termos:

REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
CRÉDITO. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA	CRÉDITO. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE INSUMOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA.

<p>EMPRESA. OPERAÇÃO DE VENDA. POSSIBILIDADE.</p> <p>Geram direito a crédito os dispêndios com fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa, movimentação essa ocorrida no contexto de operações de venda, observados os demais requisitos da lei, dentre os quais tratar-se de serviço tributado pela contribuição e prestado por pessoa jurídica domiciliada no País.</p>	<p>POSSIBILIDADE</p> <p>Geram direito a crédito os dispêndios com transporte de insumos entre estabelecimentos da pessoa jurídica, observados os requisitos da lei, dentre os quais terem sido tais serviços tributados e prestados por pessoas jurídicas domiciliadas no País.</p>
---	---

Também deverá ser excluído do voto condutor do acórdão embargado o seguinte trecho:

[...]

*Os dispêndios com fretes na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da empresa, seja na venda ou na compra, também podem gerar crédito, desde que devidamente identificados e relacionados à produção ou à atividade econômica da empresa e **nunca relacionado às áreas administrativas ou comerciais.** (g.n.)*

[...]

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

**Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi**